

Brasil: competitividade e inserção internacional

Antonio Corrêa de Lacerda¹

7.1 Introdução

A questão da competitividade da indústria brasileira é de fundamental importância para a retomada da economia. Também se nota uma crescente mobilização incluindo os sindicatos dos trabalhadores, que corretamente tem encarado a deterioração do setor como uma ameaça.

A questão é que nos tornamos um enorme mercado consumidor, o sétimo maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo (dados de 2014), mas, devido às condições desfavoráveis de competitividade sistêmica, grande parte da demanda doméstica no período em que prevaleceu uma moeda artificialmente valorizada foi atendida pelo aumento das importações.

Embora as importações sejam uma saída confortável no curto prazo, sempre que substituem a produção local representam desperdício de divisas, empregos, renda e impostos, que poderiam agregar mais valor localmente. Isso é especialmente importante em um quadro internacional de menor crescimento das economias.

1 Professor-doutor, coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP. E-mail aclacerda@pucsp.br

A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DENOTA UMA ESTAGNAÇÃO DESDE A SAÍDA DA CRISE 2009 ...

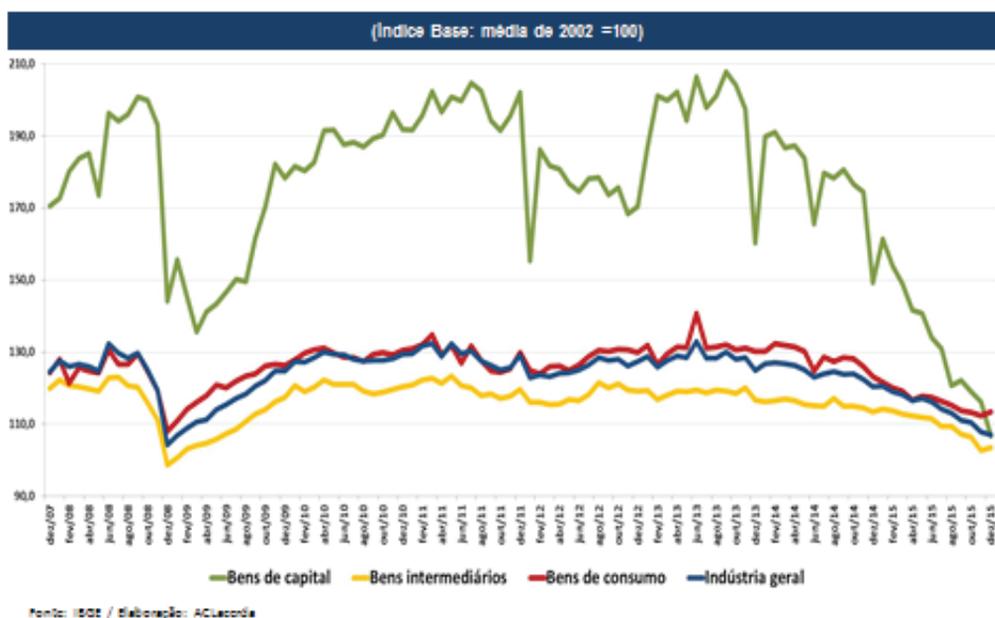


Gráfico 1

A participação da indústria de transformação no PIB (Produto Interno Bruto) foi reduzida a menos de 13% (2014), em um claro processo precoce de desindustrialização. A produção industrial brasileira revela um quadro de longa estagnação. O nível atual da produção é semelhante ao de 2008, antes do efeito da crise subprime nos EUA (Gráfico 1)

Enquanto isso, o coeficiente de importações cresceu em todos os segmentos, especialmente naqueles que exigem maior sofisticação, como o de máquinas e equipamentos, em que chega a 40% do total.

No entanto, alguns dos aspectos importantes relacionados à questão ainda estão longe de um consenso. Há sempre aqueles que buscam desqualificar qualquer iniciativa, seja de política industrial, por parte do governo, ou de mobilização por parte de empresários e trabalhadores.

A maioria dessas análises desconhece estrutura industrial, assim como lógica das decisões empresariais. Vale lembrar que o Brasil se abriu ao mercado externo desde o início dos anos 1990, mas não oferece até hoje, decorridos mais de 20 anos, um ambiente competitivo em condições isonômicas com os nossos países concorrentes.

Uma visão ingênua do processo está em circunscrever os graves problemas enfrentados pela indústria brasileira como se fossem apenas demandas setoriais, corporativas. Engana-se quem imagina que se trata de um problema localizado. As empresas têm como se adaptar, aumentando o seu conteúdo importado. No limite, podem se transformar em meros representantes locais de indústrias oriundas de outros países. Embora sob o ponto de vista individual, microeconômico, a estratégia possa prolongar a viabilidade do negócio, é obvio que se trata de uma prática insustentável no longo prazo e danosa ao país.

No que se refere à desoneração tributária, ao financiamento e a outros itens cruciais para as decisões empresariais, embora bem-vindas, as medidas anunciadas ontem não criam novas vantagens competitivas. Os nossos concorrentes, como os chineses e coreanos, contam há muitos anos com condições melhores do que as oferecidas no Brasil. No que toca ao financiamento, por exemplo, para citar um item importante, os produtores de bens de capital, naqueles países, têm acesso a linhas cujo juro cobrado é igual a zero. Isso significa que tudo que fizermos representa um avanço, mas não nos torna mais competitivos frente aos concorrentes externos.

O Brasil não pode abrir mão da sua indústria. Ao contrário de países como o Chile, cuja população total é inferior à da área metropolitana da cidade de São Paulo ou mesmo da Austrália, não podemos nos dar ao luxo de viver da produção e exportação de commodities. Além disso, não há porque abdicar da indústria de transformação, justamente o diferencial que nos proporcionou o grande salto dado pela economia brasileira no século passado.

O desafio brasileiro é, ao invés de retroceder, avançar no processo, agregando mais valor em todas as cadeias produtivas, e incorporar novas tecnologias para diminuir a dependência de importados, assim como ampliar e diversificar nossas exportações.

Este artigo discute a questão da perda de competitividade na economia brasileira e como isso afeta a indústria, o crescimento do PIB e o desempenho das contas externas.

7.2 Competitividade sistêmica

O excesso de burocracia é um dos inúmeros fatores que geram perda de competitividade na atividade produtiva brasileira. O Relatório Mundial de Competitividade do Fórum Econômico Mundial (WEF) e da Fundação Dom Cabral (FDC) coloca o Brasil na posição 75 dentre os 140 países analisados, sendo que no item ambiente de negócios ocupamos a posição 121, que avalia, entre temas como corrupção, o nível da burocracia (Figura 1).

COMPETITIVIDADE: POSIÇÃO RELATIVA DO BRASIL EM COMPARAÇÃO INTERNACIONAL



1- especialmente com relação à burocracia.

2- qualidade de educação primária.

Fonte: *WEF –The Global Competitiveness Report 2015-2016 / Elaboração: ACLacerda

Figura 1

A digitalização de vários serviços e obrigações fiscais representa um inegável avanço sob o ponto de vista da racionalização e da agilização dos processos, proporcionando ganhos de produtividade. Um exemplo da burocracia excessiva foi a norma instituída pelo Ajuste Sinief, publicada no dia 2 de outubro de 2015 no Diário Oficial da União, pela qual criou-se Livro de Registro da Produção e Estoque na Escrituração Fiscal Digital (EFD). Trata-se do assim chamado Bloco K, que é uma ficha técnica de registro dos produtos de consumo específico e controle da ordem de produção e da industrialização em terceiros.

Pelo cronograma original, posteriormente prorrogado por determinação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), estabelecido na regra citada, os estabelecimentos industriais incluídos nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e para os habilitados ao Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado (Recof), ou a outro regime alternativo a este, cujo faturamento anual igual ou superior a R\$ 300 milhões passam a ter a obrigação de atender à exigência a partir de 1º de janeiro de 2016 e a partir de 1º de janeiro de 2017 as com faturamento anual igual ou superior a R\$ 78 milhões. A partir de 1º de Janeiro de 2018, a exigência para a valer para os demais estabelecimentos industriais, assim como os atacadis-

tas pertencentes aos grupos 462 a 469 da CNAE e aquelas atividades equiparadas à indústria.

Buscar aprimorar formas de controle das atividades empresariais é um objetivo legítimo do fisco. Uma das justificativas quando da implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) era a redução das obrigações acessórias e melhoria da eficiência do sistema. Da mesma maneira, o aprimoramento dos sistemas de gestão é importante fator de avaliação e mesmo de expansão das empresas. No entanto, o risco de criarmos cada vez mais exigências burocráticas nos torna menos competitivos em um mundo cada vez mais globalizado. Ou seja, tudo o que criarmos que exija mais horas de dedicação acaba nos tornando mais caros que os nossos concorrentes.

Segundo dados do Banco Mundial, enquanto uma empresa na América Latina e Caribe dedica, em média, 367 horas ao ano para atender às exigências fiscais, no Brasil são gastas 2.600 horas. Isso engloba tanto a complexidade e detalhamento de documentos quanto as diferentes legislações nos três entes da federação.

Outro ponto que preocupa as empresas é que muitas das informações exigidas pelo Bloco K envolvem aspectos estratégicos das atividades, como tipologia de insumos, processos os quais muitas vezes diferenciam o negócio relativamente à concorrência e representam um verdadeiro ativo do empreendimento.

Para além das questões de curto prazo, envolvendo ajuste fiscal e outros, há que se incrementar a competitividade sistêmica, o ambiente no qual as empresas atuam, favorecendo o empreendedorismo. Há as grandes questões, igualmente relevantes, como nível da taxa de juros e acesso ao crédito e financiamento, mas outras, tão determinantes quanto, como as citadas, merecem uma visão mais pragmática e simplificada.

Tudo o que criarmos como fatores diferentes daqueles praticados internacionalmente, por mais que seja justificável sob o ponto de vista da receita tributária, torna-nos menos competitivos, o que significa na prática menor valor agregado, menos empregos criados, menor renda distribuída e menos tributos arrecadados.

7.3 Políticas industriais e o seu papel para o desenvolvimento

A estabilidade e a perenidade das políticas industriais são fundamentais para incentivar a tomada de decisões no setor privado. No entanto, infelizmente, no Brasil tem prevalecido um ambiente instável no que se refere às políticas de incentivo à indústria.

A Lei n. 11.196, de novembro de 2005, batizada no seu nascedouro de “Lei do Bem” por conceder benefícios fiscais de âmbito federal às atividades empresariais

riais de inovação, está completando mais de dez anos. Por meio dela, foi instituído o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes), o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap) e o Programa de Inclusão Digital. Além disso, dispunha sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica. Por ironia, o seu aniversário está sendo (des)comemorado. No âmbito do ajuste fiscal, os tais benefícios foram suspensos pela Medida Provisória (MP) n. 694. A restrição pretendida se refere apenas ao ano de 2016(LACERDA, 2016a).

Havia duas grandes contradições presentes no bojo da política macroeconômica em vigor no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. A primeira é a extraordinária conta de juros sobre os encargos da dívida pública, que somente no ano de 2015 representaram um dispêndio de R\$ 501 bilhões. Ou seja, todo e qualquer esforço de corte de gastos, incluindo investimentos públicos, mais os eventuais ganhos de acréscimo de tributação, não apenas será integralmente despendido no pagamento de juros, como será insuficiente. Além disso, os elevados juros têm feito secar as fontes de crédito e financiamento privados, em um ambiente de restrição de alternativas oriundas dos bancos públicos.

A outra contradição se refere ao fato de que o período de vigência da Lei do Bem coincidiu com um longo processo de valorização artificial do Real, o que limitou significativamente a sua eficácia e a de todos os instrumentos indutores da inovação e investimentos privados. Exatamente no momento em que ocorre o ajuste da taxa de câmbio, que se tornou mais favorável à agregação de valor local e aos investimentos em inovação, o incentivo é suspenso. Há ainda o constrangimento, ou decepção, daqueles que confiaram na legislação para incrementar suas atividades produtivas. Melhor se deu quem não acreditou e preferiu utilizar seus recursos para aplicar em papéis do Tesouro que chegaram a render em média 14,25% ao ano, sem grandes esforços e riscos. A suspensão também ilustra a instabilidade de regras que prejudica o desenvolvimento.

Enquanto isso, nossos concorrentes principais, tanto países avançados como em desenvolvimento, contam com políticas industriais perenes de Estado. Deveríamos manter a estabilidade das regras, pois o aculturamento dos empreendedores leva tempo; além disso, aproveitar a experiência para aprimorar a legislação, por exemplo, estendendo os benefícios fiscais hoje restritos às empresas optantes do regime de tributação por lucro presumido para todas as empresas. Também seria importante corrigir diferenças de interpretação legal entre os ministérios e órgãos vinculados àquela da Receita Federal, pois houve casos de glosa quando da utilização dos benefícios por parte de empresas.

No que tange às políticas industriais no sentido lato, continuamos reféns da instabilidade de curto prazo. Contamos com poucos instrumentos perenes e estáveis, o que torna as decisões empresariais mais difíceis e arriscadas. O Índice

de Confiança do Empresariado Industrial (ICEI), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), segue em queda livre e o nível de outubro de 2015, de 35,00, está 20 pontos abaixo da sua média histórica.

A consequência dessa instabilidade, associada às políticas macroeconômicas restritivas, será uma retração inédita nos investimentos privados no triênio 2014-2015-2016. Mais do que um problema restrito à indústria, a sociedade brasileira está sendo afetada pela intensificação da recessão e de todas as mazelas decorrentes. Enquanto isso, valeria apressar a reversão do quadro negativo e evitar medidas que possam prejudicá-lo, ainda mais como no exemplo citado da revogação dos benefícios da Lei do Bem.

No que se refere às políticas tarifárias, também de relevância como política comercial e de adensamento das cadeias produtivas, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) cogitou recentemente elevar a tarifa de importação de aço como forma de proteger os produtores locais e evitar o aumento das importações, especialmente as oriundas da China.

Não deixa de ser um contrassenso falar-se em proteção às importações quando finalmente conta-se com uma taxa de câmbio R\$ considerada adequada para a produção local, bem ao contrário do cenário observado no último decênio, anterior a 2015, em que a valorização artificial da moeda provocava um incentivo às importações.

É certo que estruturalmente não houve alteração substancial na competitividade sistêmica, ou seja, todos os fatores, como custo do capital (juros), de logística e infraestrutura e burocracia, continuam maiores do que a média dos nossos países competidores. O sistema tributário complexo e desequilibrado continua igualmente sendo desfavorável a quem produz no Brasil.

Especificamente no que se refere à indústria siderúrgica, há um problema adicional, que é o excedente da produção mundial, especialmente depois da crise nos países centrais e a desaceleração do crescimento chinês. A consequência é um excedente de oferta estimado em 700 milhões de toneladas.

Para a indústria siderúrgica brasileira, cuja produção é da ordem de 33 milhões de toneladas ao ano, a situação de sobreoferta internacional representa um enorme desafio. Primeiro porque não temos economia de escala, em função da baixa participação no mercado global; segundo porque ela padece dos mesmos problemas advindos do ambiente de negócios pouco competitivo no Brasil e que, consequentemente, afetam todos os segmentos industriais brasileiros.

É nesse contexto que surgiu a proposta de elevação das tarifas de importação de aço, como uma forma de proteger a indústria siderúrgica local relativamente aos seus competidores internacionais. O excedente de oferta também tem aberto espaço para práticas desleais de comércio, inclusive *dumping*, o que deve ser combatido com os instrumentos adequados de defesa comercial.

A proposta de elevar a tarifa de importação de aço pode, inicialmente, soar como benéfica para os produtores siderúrgicos, mas o problema é que inviabiliza a indústria de transformação brasileira, uma vez que o aço é insumo relevante para várias cadeias produtivas e a elevação de tarifas de importação criaria uma espécie de guarda-chuva para a elevação dos preços dos produtores locais.

O quadro atual tarifário já revela uma distorção uma vez que a alíquota de importação do aço é de 12%, enquanto máquinas e equipamentos, por exemplo, que utilizam o aço como insumo de fabricação de seus produtos é de cerca de 8%. Isso denota a necessidade de uma ampla reforma tarifária que favoreça a geração local de valor, ou seja, tributando mais os produtos finais do que os insumos de produção.

Um conjunto de quatorze associações e sindicatos da indústria de transformação publicou recentemente um alerta em forma de manifesto, apontando os problemas decorrentes da elevação tarifária no aço. Embora todos os setores devam contar com condições isonômicas de competitividade além do necessário combate às práticas desleais de comércio que possam prejudicá-los, a elevação de tarifas, no caso, não representa uma solução.

Isso porque, além de desfocada da questão principal, que é o “subsídio” provocado pelo excedente mundial de oferta, adicionalmente provocaria elevação de custos e perda de competitividade para setores igualmente relevantes para o país, como os fabricantes de máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos, automóveis, construção civil, entre outros.

A solução estrutural para o problema está em garantir condições de competitividade sistêmica para a indústria como um todo. Vale unir esforços na elaboração de uma política industrial e comercial que leve em conta os desafios para reverter a desindustrialização em curso.

7.4 Industrialização e sustentabilidade das contas externas

Grande parte do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos brasileiro tem sido financiado com ingressos de investimentos diretos estrangeiros (IDE). O ingresso de IDE é considerado uma modalidade mais estável de capital, uma vez que representa inversões em empresas, ou em projetos de infraestrutura.

A despeito de um quadro internacional ainda complexo, o Brasil vem se mantendo atrativo para o investimento direto de longo prazo. Nos últimos cinco anos, a economia brasileira tem se posicionado dentre as cinco mais atrativas do mundo, sendo de longe a primeira na América Latina.

O bom desempenho brasileiro chama atenção, especialmente se considerarmos que a economia praticamente enfrentou, em 2016, o seu segundo ano de retração, após uma estagnação em 2014. Mas, certamente, quem toma a decisão de investir no Brasil não está considerando o desempenho de curto prazo, nem o do próximo ano, mas da próxima década. Assim, ser a sétima maior economia mundial, quarto mercado automobilístico e de informática e ter boas posições nos rankings de consumo dos mais variados setores é sempre um atrativo para quem quer fazer investimentos mundo afora.

Sob o ponto de vista do balanço de transações correntes, embora importantes no curto prazo por representarem a maior fonte de financiamento do déficit em transações correntes, os novos ingressos não garantem a sustentabilidade intertemporal das contas externas. Isso porque mais investimentos estrangeiros na nossa economia significam mais remessas de lucros e dividendos futuros, onerando a conta de serviços e rendas do balanço de pagamentos.

Assim, é muito importante que os novos ingressos de IDE representem não apenas uma maior qualidade no que se refere à sua composição, mais *greenfields* (novos empreendimentos) e não apenas transferências patrimoniais, que é o que ocorre quando estão relacionados a compra de empresas já existentes, mas que também signifiquem novos potenciais de inovação, produtividade e exportações.

É importante destacar que, sob o ponto de vista dos investimentos, o IDE no mundo todo desempenha um papel apenas marginal, sendo responsável por apenas cerca de 15% da formação bruta de capital dos países. A dinâmica do investimento é mesmo dada pelo investimento doméstico, sendo o IDE apenas complementar. No entanto, apesar dessa ressalva, o IDE pode representar um papel estratégico relevante, principalmente levando em conta que representam inversões de grandes empresas globais que têm grande influência nas inovações, nas exportações e nas demais atividades, podendo viabilizar a inserção do país hospedeiro nas grandes cadeias de suprimento internacionais.

Essas vantagens, no entanto, não são automáticas. Elas dependem fundamentalmente de alguns aspectos relevantes dos países receptores: a competitividade sistêmica, as políticas públicas e a capacidade de negociação. Ou seja, é muito relevante para se aproveitar as vantagens potenciais do IDE contar com um ambiente competitivo, como câmbio, juros etc., implementar políticas públicas que favoreçam a produção, a inovação e as exportações, e manter um diálogo constante dos decisores de política econômica com a alta gestão das empresas já instaladas e novos ingressantes, no sentido de viabilizar uma inserção mais ativa das empresas brasileiras nas estratégias globais de internacionalização comercial e produtiva.

A relevância das grandes cadeias globais de fornecimento foi ampliada com a globalização. As grandes empresas transnacionais passaram a deslocar sua produ-

ção para países de menor custo. Impulsionadas pela crescente massa de recursos financeiros, as empresas puderam expandir seus investimentos para além do seu território, incrementar os fluxos de comércio e acelerar a inovação dos seus produtos e serviços com dispêndios crescentes em pesquisa e desenvolvimento. Os fluxos de investimento direto estrangeiro global cresceram da média anual de US\$ 50 bilhões nos anos 1970 para US\$ 600 bilhões a partir dos anos 1990, e mais de US\$ 1 trilhão na atual década.

Houve uma expressiva integração entre as três dimensões citadas: investimentos, comércio e inovação. Cerca de dois terços do comércio mundial são conduzidos por grandes empresas transnacionais, as mesmas que são responsáveis por grande parte das inovações, conforme destaca a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) no seu *World Investment Report* (UNCTAD, 2015). Em uma segunda fase, os PED tornaram-se atores do processo com a também crescente internacionalização das suas empresas, com destaque para a Coreia do Sul e a China

Isso representou para os países em desenvolvimento (PED) uma oportunidade para inserir-se como filial das grandes cadeias transnacionais, especialmente aqueles de maior potencial de mercado interno. Por outro lado, também vivenciaram um rápido processo de desnacionalização das suas empresas.

O quadro atual denota uma gradual reversão do processo tradicional de internacionalização das cadeias produtivas. A crise nos países desenvolvidos, por um lado, o crescimento dos custos de produção nos países em desenvolvimento, por outro, têm provocado uma realocação da produção.

Os EUA tiveram como estratégia internacionalizar sua manufatura, concentrando no seu território as atividades nobres, como pesquisa e desenvolvimento, estratégia, design, marcas e patentes etc. A crise elevou o desemprego e o governo Obama teve entre seus principais objetivos reindustrializar o país. Além disso, percebe-se que a produção é muitas vezes base para atividades de inovação, por exemplo.

No que se refere ao aumento dos custos na periferia, na China, por exemplo, entre 2004 e 2012, houve um crescimento dos salários da ordem de 25%, segundo apurou o Departamento de Economia e Estatística da Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos). Essa tendência vai continuar e a China planejava crescimento dos salários em 40% até 2015, conforme relatou o correspondente em Londres Fernando Nakagawa (OESP, 20/02/2013, p-B8).

A globalização, que muitos consideravam irreversível, parece estar mudando de ventos. Ainda é cedo para conclusões definitivas, mas a mudança do jogo pode trazer aspectos favoráveis ao Brasil. Maiores custos na China, agravados com os problemas de desequilíbrio do meio ambiente, que recentemente implicou a necessidade de parada da produção por dias seguidos em Pequim, por exemplo, denotam o elevado risco para a localização.

As “guerras” cambial e comercial observadas na economia mundial pós-crise só tornam mais explícitas algumas transformações estruturais. Além de ser um polo relevante nas cadeias produtivas, temos que avançar. Hoje, grande parte das grandes empresas transnacionais já operam no Brasil, com estrutura de vendas, produção e, às vezes, exportação e centros de desenvolvimento locais. Também avançamos na internacionalização das nossas próprias empresas em diferentes segmentos. Mas ainda carecemos de uma estratégia integrada de inserção internacional mais ativa, incluindo as negociações multilaterais, regionais e bilaterais.

No entanto, isso ainda está longe de significar que estamos fora do jogo, como sugerem algumas análises. Diante das transformações em curso, o papel que vamos desempenhar vai depender da nossa capacidade de definir e implementar estratégias para viabilizar uma inserção global de maior qualidade.

Em muitos casos, as grandes empresas exercem poder de oligopólio nas estruturas de comercialização e, às vezes, concomitantemente, de oligopsonia junto ao mercado fornecedor. Trata-se de um enorme desafio, tanto do ponto de vista da regulação do comércio internacional quanto para os mercados domésticos. As políticas de competitividade (políticas industrial, comercial e de inovação) precisam cada vez mais levar em conta este aspecto, sob o risco de, ao não o fazer, tornar inócuas suas iniciativas. Os centros de decisão dos grupos empresariais definem estratégias globais de localização da produção, centros de pesquisa e desenvolvimento e plataformas de exportação. Da mesma forma, os fornecedores tendem a ser definidos globalmente, diminuindo o espaço para as empresas locais.

O Brasil, nesse contexto, apesar de bem-sucedido na tarefa de atrair e manter investidores estrangeiros em grande parte das atividades, ainda carece de uma estratégia mais articulada para uma inserção mais qualitativa no mercado global:

- é preciso evitar que o sucesso na produção e comercialização de *commodities* represente um constrangimento para o desenvolvimento da indústria. São conhecidos na literatura econômica os efeitos da “doença holandesa”, decorrente da apreciação da moeda em face da renda gerada pelo ingresso de recursos estrangeiros, inviabilizando a produção industrial local e provocando a deterioração do padrão de comércio internacional do país;
- é muito importante, apesar da complexidade em fazê-lo, influenciar as decisões estratégicas das empresas transnacionais com operações no Brasil. É necessário conhecer e interpretar suas estratégias e agir visando garantir uma maior localização das suas atividades, assim como a incorporação dos fornecedores locais e ampliação das exportações a partir daqui. As políticas de compras governamentais, de conteúdo local e de fomento à inovação, que vêm sendo adotadas, visam atender esse quesito, mas, mais do que isso, há um potencial pouco explorado de maior interação e articulação com os

corpos dirigentes das filiais e matrizes dos grandes grupos empresariais com interesse no mercado brasileiro;

- o ideal é que as atividades de inteligência voltadas para o estudo e a interação com os grupos transnacionais fossem centralizadas em um único órgão, aproveitando parte de várias iniciativas dispersas no âmbito governamental. Isso daria maior profundidade e peso para a elaboração dos diagnósticos e estratégias a serem implementadas pelo mais alto nível da hierarquia da administração pública;
- é a partir da abertura de um maior diálogo e interação com as empresas que se poderá influenciar nas suas decisões, assim como conhecer as especificidades das condições demandadas por elas nos vários países onde mantêm atividades;
- é também importante sublinhar que as iniciativas destacadas anteriormente não substituem as ações de âmbito mais macro, também decisivas: a melhora do ambiente sistêmico para os investimentos; a negociação de acordos comerciais nas várias frentes; um posicionamento incisivo e claro sobre a guerra cambial em curso na economia mundial.

Por último, vale ressaltar que a crise representa também uma oportunidade para o Brasil. Ao contrário de outras economias em recessão, como na Europa, ou com excesso de investimentos, como a China, temos uma demanda expressiva de projetos em infraestrutura e logística, por exemplo, que nos coloca como um dos principais polos de atração de investimentos estrangeiros, como, aliás, já vem ocorrendo.

7.5 Considerações finais

Qualificar a inserção internacional do Brasil se coloca dentre os principais desafios futuros. Há uma clara desproporção entre o posto que ocupa de sétima maior economia mundial, pelo critério de Produto Interno Bruto (PIB), o quinto no ranking dos maiores receptores de investimentos diretos estrangeiros e apenas o vigésimo segundo exportador, o que nos dá uma dimensão da magnitude do descompasso.

O tema em si não é novo. Nas últimas duas décadas nossa participação nas exportações mundiais gira ao redor de apenas 1%, em um longo processo de estagnação. O que torna premente a sua melhora quantitativa e qualitativa é o rápido aumento da vulnerabilidade das contas externas. A nossa história econômica, assim como da maioria dos países, já demonstrou que o crescimento econômico, condição necessária para o desenvolvimento só se sustenta, no longo prazo, mediante uma sólida posição do Balanço de Pagamentos. Isso é o que permite minimizar os impactos da instabilidade internacional e aumentar o grau de autonomia das políticas econômicas domésticas.

O fato de possuímos, hoje, maior grau autossuficiência energética relativamente ao passado e contarmos com níveis recordes de reservas cambiais são fatores amenizadores do problema, mas que não eliminam totalmente a exposição frente à volatilidade e instabilidade dos mercados. Assim, a melhoria do padrão de desenvolvimento depende fundamentalmente da superação da vulnerabilidade do Balanço de Pagamentos.

Desde 2014, adiminuição do ritmo de crescimento chinês impactou negativamente os preços e a demanda do complexo agromineral brasileiro, ao mesmo tempo em que a perda de competitividade da manufatura deteriorou a nossa capacidade de geração de resultados comerciais. Em poucos anos, no período 2003-2014, passamos de superavitários a deficitários, com destaque para o setor industrial. A resolução da questão passa necessariamente por uma estratégia de desenvolvimento que leve em conta uma melhor inserção internacional e fortalecer o papel que devemos e podemos ter na configuração global:

- construir um escopo de políticas de Estado, para além das políticas de governo, de incentivos estáveis e perenes de estímulo à produção local, inovação e exportação;
- consolidar uma estratégia de privilegiar as relações comerciais com todos os blocos comerciais e países relevantes visando ampliar os mercados;
- negociar acordos comerciais com grandes mercados (EUA, UE, Ásia etc.) que possam nos proporcionar maior acesso às relevantes cadeias globais de valor;
- estabelecer e apoiar a internacionalização das empresas brasileiras para torná-las elementos de apoio às vendas externas, fortalecimento de marcas e posição nos mercados;
- aproveitar mais consistentemente a excelente base de empresas transnacionais aqui instaladas para estimulá-las a desenvolver maior valor agregado local, inovações, ampliar e qualificar as exportações;
- para atingir os objetivos anteriores se faz necessário atacar nossa agenda de competitividade, tanto sistêmica quanto empresarial, e garantir condições minimamente isonômicas de financiamento, tributação, assim como demais fatores;
- por último, mas não menos importante, implementare manter uma política cambial que leve em conta objetivos de longo prazo, desvinculando-a do caráter distorcido que muitas vezes lhe foi atribuído de âncora da política de estabilização de curtíssimo prazo, prática recorrentemente vigente nas últimas três décadas.

Referências

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Indicadores industriais**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes>>

-e-estatisticas/estatisticas/2015/07/1,38498/indicadores-industriais.html>.
Acesso em: 16 abril 2016.

LACERDA, A.C. Crônica de um (des)ajuste anunciado. In: DOWBOR, L. **A Crise Brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2016.

LACERDA, A.C. Lei do Bem versus “MP do Mal”. In: **O Estado de S. Paulo**, xx p. B-2, 2016a.

NAKAGAWA, F. A evolução dos salários na China. In: **O Estado de S. Paulo**, p. B-8, 20/02/2013.

WORLD ECONOMIC FORUM. **World Competitiveness Report**. Genebra, 2015.

UNCTAD. United Nations on Trade and Development. **World Investment Report**. New York, 2015.